

## **Programa de Governo para Minas Gerais do candidato João Batista Mares Guia - 2018**

### **Rede Sustentabilidade**

#### **Caminho para o desenvolvimento sustentável**

#### **Por um novo modo de governar Minas Gerais**

### **Apresentação**

Minas Gerais, segundo Estado da federação em população, abriga 21,3 milhões de habitantes-residentes. A crise fiscal, a estagnação econômica, a recorrência da situação de pobreza observada nas periferias urbanas das grandes cidades, o desemprego, em especial dos adolescentes e dos jovens de 16 a 29 anos de idade, o fato recorrente de alunos da educação básica com aprendizado muito abaixo do esperado, a crise no serviço público da saúde agravam-se ainda mais porque Minas Gerais, hoje, além de não atrair novos investimentos, vem perdendo parte dos investimentos que antes aqui geravam riqueza, emprego, renda e tributos. Há, dominante, um sentimento de insegurança social. Os jovens, sem orientação geral e à vista do desemprego e da intensa competitividade por um lugar ao sol, são impregnados por um sentimento de incerteza quanto ao futuro. O empresário, irracionalmente muito tributado na pessoa jurídica ao invés de na pessoa física pelo imposto de renda progressivo, não sente, em Minas, um ambiente confiável para investimentos e negócios, não dispõe de segurança jurídica e sobre ele pesa a maior carga tributária praticada no país na forma de alíquotas inaceitáveis de ICM – que estimula o desinvestimento, a migração de empresas para Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, como segue acontecendo. Não há governo. O governo permanece oculto.

O bom governo é o que governa para toda a população, com eficiência, eficácia, efetividade (resultados), com espírito republicano e igualitário e coragem para praticar a justiça equidade: atenção preferencial aos mais desiguais e às regiões mais vulneráveis. Portanto, dele se espera e ele mesmo exige de si, a começar do exemplo e da liderança do governador, o combate à pobreza e a redução das desigualdades, a universalização, com qualidade, dos serviços de educação básica e profissional, de saúde, de segurança e de justiça, e mais os bens públicos de cultura extensivos a todos aqueles que são socialmente mais desiguais. Esses têm permanecido à margem porque invisíveis aos olhos dos governos do PSDB e do PT-MDB, geradores de crise fiscal, de crise e de estagnação econômica. Esses governos, que política e eleitoralmente se opõem, rivalizam e procuram se revezar no poder reduziram a ação política pública a uma ação de luta pela apropriação do poder pelo poder. Seu propósito é o poder, ao invés do bem público, do bem-estar social e da prática da equidade. Não governam para a população mineira. Governam para si e para satisfazer os apetites egoístas e insaciáveis das grandes corporações de Estado que, sob os governos do PSDB ou do PT, permanecem desfrutando e acumulando privilégios e mais privilégios. Poderes de Estado, como o Poder Judiciário, o Ministério Público estadual e o Poder Legislativo, e corporações organizadas e poderosas como a advocacia geral do Estado,

as qualificadas elites que governam a Secretaria da Fazenda e a oficialidade superior da tão estimada Polícia Militar estabeleceram-se e operam ou funcionam no aparelho de Estado e nos governos que se sucedem como castas de acumulação de privilégios corporativos e egoístas. Essa distribuição “para o alto” e a acumulação ampliada de privilégios, efetuada sobretudo nos governos Anastasia, do PSDB e aliados, e Pimentel, PT-MDB, funciona como uma espécie de acumulação primitiva de capital ou de dinheiro público. Essa concentração de renda pública nas mãos de tão poucos está promovendo desigualdade social, perda da capacidade do Estado de investir em infraestruturas, contenção dos recursos que deveriam ser destinados à educação básica e à educação tecnológica dos jovens, cuidado e preservação ambiental, universalização do saneamento e universalização do serviço público de saúde. Chegamos a uma situação inaceitável. Socialmente, faz recordar a pré-revolução francesa. Pois em Minas o Estado e os governos estão tomados pelas castas. Elas governam mais que o próprio governo e o governador. Elas são as donas do orçamento do Estado. Indexaram o orçamento. Seus privilégios encontram-se indexados no orçamento, ano a ano. O povo, os empresários, os professores públicos mal remunerados e os servidores da saúde, também mal remunerados, são os que pagam a conta do custeio dessa impressionante oligarquização do poder que há anos está em curso em Minas Gerais. Basta consultar o portal Transparência MG e comprovar.

Como se já não fosse uma aberração e uma abominação, no governo do PT-MDB Minas gerais assiste ao triste espetáculo do aparelhamentos dos cargos e de posições governativas praticado pelo governo Pimentel. Até Anastasia, Minas Gerais exibia o elevado e injustificável número de 20 secretaria de Estado. No governo PT-MDB, com Pimentel, esse número subiu a 28! Esses governos inauguraram em Minas Gerais a “luta possessiva de castas” versus a população. Saudades dos tempos das lutas de classes. Ao invés de revolucionária e promotora do socialismo, promoviam mais democracia, mais inclusão social, estado do bem-estar social, mais equidade e mais capitalismo de mercado, ao invés de capitalismo tutelado pelo Estado para conceder isenções fiscais a empresários cartoriais, dados aos “arranjos”, uma outra forma de oligarquização do poder de Estado em curso livre em Minas Gerais.

Por isso, o outro nome de Minas gerais deverá ser republicanismo: combate e fim dos privilégios, como um dos meios mais vigorosos para se alcançar rapidamente o necessário equilíbrio fiscal das contas públicas e do orçamento do governo, condição para a retomada do crescimento econômico. Contudo, não nos satisfaz somente a retomada cíclica do crescimento econômico, seguido de crise. O empenho de um bom governo é, mais além do crescimento econômico, a construção política, cultural e social de uma era duradoura de desenvolvimento sustentável. Quer dizer, desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, combate e o fim da pobreza, redução das desigualdades regionais e sociais, uma revolução na educação e a organização de uma rede de cursos tecnológicos de nível superior, pós-médio, de curta duração para os jovens, distribuição social de acesso a bens de cultura para os jovens nas periferias, bem-estar social. Desenvolvimento sustentável supõe porque contribui decisivamente para a organização, em cooperação, de um poderoso ambiente de negócios, com confiança, segurança jurídica, desburocratização, fiscalização educativa e de orientação, legalidade, fim da sonegação fiscal, negociação permanente do governo com os empresários por cadeia produtiva para se alcançar, ao mesmo tempo, a redução dos impostos incidentes sobre o consumo popular e a produção, em troca de mais investimentos, maior produtividade, inovação e emprego e renda.

Essa é e será a orientação geral do governo da Rede Sustentabilidade. Os partidos vivem grave situação de crise de representatividade. Vamos governar com os melhores de cada partido que tenha compromisso com a democracia e que aceitem o republicanismo e o fim dos privilégios. Vamos governar em parceria permanente e criativa com os empresários, com as universidades, com os movimentos sociais e sindicais, com a Assembleia Legislativa e com os prefeitos. Vamos ouvir os clamores da CNBB e dos bispos da Regional Leste II. Vamos ouvir e respeitar os clamores das lideranças evangélicas. Com os líderes espirituais desejamos formar a arca da aliança para a prática e a organização de uma nova cultura política de governança pautada pelo republicanismo cívico. O republicanismo cívico é a resposta democrática à crise atual da democracia: mais democracia. Isto é, mais participação, mais cooperação, mais distribuição do poder, descentralização das decisões, governo estadual regionalizado, decidindo com e junto aos prefeitos e às populações nas diferentes regiões de Minas Gerais. Essa será a marca do nosso governo: interiorizado, descentralizado, participativo dialógico, de interação, com total transparência. Naturalmente, implacável no combate à corrupção e aos privilégios, esses ovos da serpente que chocam no interior do Estado e dos governos, que destroem, por dentro, a democracia.

Esses compromissos precisam se expressar, concretamente, na forma de propostas viáveis, exequíveis. Impossível é apenas o que ainda não foi experimentado. Frequentemente isso acontece por falta de convicção e paixão, de imaginação, de visão de futuro, de compromisso vivo com os mais desiguais. Maus governos e maus governantes cultivam, em geral, uma só paixão egoísta: a paixão pelo interesse próprio, a paixão pelo poder pelo poder. Nossa convicções e paixões, nossas ideias e valores, nossos compromissos seguem, aqui, declarados neste Programa de Governo, na forma de propostas concretas, que, juntos, haveremos de realizar. Em nosso governo Minas será um Estado e uma sociedade portadores de futuro a partir do presente em mudança. Mudança da cultura política, distribuição social do poder político, Estado e governo a serviço do bem comum, política como serviço para servir à sociedade, liderança e exemplaridade ética e política dos líderes. Assim será.

Após essa Apresentação, segue-se uma Introdução. Na sequência, o Programa de Governo, ora apresentado em versão preliminar. Preliminar porque aberta à crítica pública de todos os cidadãos de Minas Gerais, inclusive à crítica dos concorrentes. Toda crítica e contribuição serão bem-vindas. O site do candidato a governador ([joabatistamaresguia.com.br](http://joabatistamaresguia.com.br)) terá uma aba ou parte dedicada ao debate sobre o Programa de Governo do candidato e da Rede Sustentabilidade. Estamos desde agora incentivando uma espécie de construtivismo político do nosso Programa de Governo. Assim, a presente versão preliminar permanecerá em exposição e aberta para receber sugestões e aperfeiçoamentos, além de novas ideias e propostas. A versão final, para os fins de fixação de um Programa durante a campanha, será apresentada no final de agosto, em Belo Horizonte, durante um seminário estadual organizado com esse propósito. Terá a presença da candidata a presidente pela Rede Sustentabilidade, Marina Silva.

Os principais tópicos apresentados no Programa de Governo na presente versão, são:

- I. Situação fiscal e propostas para a resolução do problema estrutural das finanças públicas do estado de Minas Gerais;
- II. Crise econômica, estagnação e economia de produção de commodities e o compromisso com um novo ciclo de industrialização de Minas Gerais pela via da inovação tecnológica;
- III. Agronegócio e agricultura familiar;

- IV. Meio-ambiente e sustentabilidade geral;
- V. Educação e as universidades estaduais (Unimontes e UEMG);
- VI. Educação e Cultura: parceria para uma revolução na organização e oferta de bens culturais para todos;
- VII. Saúde e o SUS em ação: parcerias para o sucesso;
- VIII. Segurança pública como segurança social e interação entre diferentes políticas públicas;
- IX. Reforma do Estado;
- X. Governança republicana com governo descentralizado, participativo e interiorizado: a regionalização do governo, a formação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável e a organização de um Conselho de Estado de Controle da Sustentabilidade Fiscal.

\*

### **Resumo geral do Programa de Governo: as ideias**

Minas são várias. As impressionantes potencialidades e possibilidades de desenvolvimento e as benéficas **diferenças** regionais são algumas das forças portadoras de futuro, em Minas Gerais. O território estadual encontra-se distribuído em sete macrobacias hidrográficas. Água, recurso fundamental à vida e ao desenvolvimento, hoje escasso nesse estado antes descrito como a “caixa d’água” do Brasil, deverá voltar a ser um bem público disponível e com uso sustentável. Minas dispõe de uma civilizatória diversidade étnica e de apreciável diversidade de manifestações e de talentos culturais. Aqui, temos, bem distribuídas no território, onze universidades federais, cada uma com diversos campi, além de institutos federais, a PUC, dois centros universitários estaduais, a Unimontes e a UEMG, e, espalhados, muitos centros universitários privados. As forças econômicas diretamente propulsoras e potencialmente líderes do desejado desenvolvimento econômico sustentável de Minas encontram-se nas indústrias tecnologicamente inovadoras, no agronegócio - à espera de uma indispensável e potente associação à agroindústria a ser instalada junto à produção de grãos -, na territorialmente vasta agricultura familiar, ainda à espera de oportunidades para o desenvolvimento tecnológico, assim como nas pequenas empresas geradoras de emprego e capazes de incorporar novas tecnologias. A experiência de inovação tecnológica propulsada pelas startups é uma promessa em ação de desenvolvimento. Belo Horizonte poderá vir a ser a “meca” das startups, no país. Acrescente-se a vontade e o perseverante esforço empreendedor dos mineiros, manifesto em uma espécie de capitalismo popular expandido, contudo, ainda confinado nas periferias da região metropolitana da Capital e das grandes cidades dos interiores, porque permanece invisível aos olhos dos governos. Queremos, no entorno de cada universidade federal em funcionamento em Minas Gerais, universidade que faz pesquisa e desenvolvimento e inovação, a instalação e funcionamento sustentável de um Parque Tecnológico. Essas são as nossas promessas econômicas portadoras de futuro.

No campo, como parte da nova etapa da industrialização de Minas Gerais, a ser conquistada, o governo, em cooperação com empresários e cooperativas, irá se dedicar a atrair investimentos em agroindústrias competitivas. Deverão ser implantadas junto às lavouras, isso acrescido da logística de armazenamento e de transporte. A cooperação entre o Estado e as cooperativas profissionalizadas são uma excelente via para a promoção do encontro entre produção, agroindústria e logística.

Enquanto o país não se decide sobre a reforma tributária, aqui em Minas, gradualmente, iremos nivelar as alíquotas de ICMS incidentes sobre os produtos agrícolas com aquelas praticadas em Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Goiás atraiu inúmeras de nossas agroindústrias em razão da diferença da alíquota de ICM praticada. Deixaremos de ser o estado que só perde e quase tudo perde, desde que perdemos a Fiat-Chrysler para o Pernambuco. Cessará, definitivamente, a longa década perdida, caracterizada por tanta perda e transferências de investimentos produtivos para fora de Minas. Dispomos de potencialidade para dobrar a atual produção de grãos e para exportar alimentos industrialmente processados, como café, fabricar e exportar rações ao invés de vender farelo de soja para a China, produzir e exportar sucos a partir da fruticultura irrigada (Jaíba, Janaúba-Porteirinha), e expandir a produção e exportação de carnes processadas. O agronegócio responde, hoje, no estado, por 13% do PIB regional. Poderemos elevar essa participação a pelo menos 25%, em dez anos. Poderemos dobrar a área agrícola produtiva em Minas, sem derrubar uma só árvore ou devastar o cerrado. Basta incrementar a produtividade na pecuária mineira, em geral de baixíssima produtividade, e, assim, liberar o excedente de áreas hoje ocupadas com pastagens, transferidas à produção agrícola, com tecnologias adequadas, já disponíveis.

Nas cidades, um dos focos de atenção preferencial recairá na expansão, consolidação e fixação das startups, na organização de um forte campo industrial veterinário, farmacêutico e de fármacos e outros produtos biotecnológicos, e na formação de parques tecnológicos diversificados no entorno das universidades federais. O que a Unicamp e a universidade federal de São Carlos proporcionam a São Paulo, no interior, haveremos de realizar também em Minas Gerais. No norte mineiro, a Unimontes, universidade estadual ainda mal posicionada no ranking das 200 instituições de ensino superior no país, deverá experimentar mudança substantiva para se vocacionar como uma verdadeira universidade, apta para desenvolver pesquisas aplicadas, além de garantir ensino de excelente qualidade.

Observado o requisito da sustentabilidade ambiental, a atividade minerária, incentivada, deverá observar a exigência de diversificar os seus investimentos, aplicando-os, também, na transformação industrial do minério em produtos metalúrgicos e siderúrgicos, além de promover a modernização tecnológica ambiental das suas atividades. A mineração transformada será chamada a cooperar para o impulsionamento de uma nova etapa da industrialização mineira. A Copasa e a Cemig experimentarão revolucionária mutação. Irão formar com a Secretaria do Meio Ambiente o tripé de garantia da sustentabilidade ambiental em Minas Gerais. De mineradora predatória, que extrai e vende água, e nada mais, a Copasa cuidará, lado a lado com a Cemig, da produção e reprodução ampliada de água, passando a aplicar recursos próprios na recuperação de nascentes, além de participar construtivamente e com humildade na cogestão responsável de cada comitê de bacia. A Copasa tem o dever de garantir, em Minas, 100% de saneamento básico com tratamento final de resíduos, em parceria construtiva com os municípios e com os empresários. Não mais serão as empresas as tomadoras de decisão sobre que obras a Copasa irá realizar. Nem sempre as caras obras de canalização em concreto são a melhor solução. Nisso, os comitês de

bacia terão voz ativa e vez. O domínio político-empresarial-cartorial oligárquico estabelecido na Copasa irá ter fim imediato. A Cemig promoverá a mudança da matriz energética em Minas Gerais, com ênfase na geração de energia fotovoltaica e com baixo custo de investimento em transmissão, acessível a cada unidade de agricultura familiar e ao agronegócio, e a custo e preços baixos. São empresas predominantemente públicas que deverão aplicar o lucro obtido em benefício do bem público. A Cemig passará a destinar 1% do seu faturamento à ciência e tecnologia, a Cemig, e a Copasa também destinará uma parte do lucro em pesquisas aplicadas à sustentabilidade ambiental. Passarão por mudanças culturais e estruturais profundas.

### **Governo participativo e Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável**

Iremos criar regiões de governo cooperativo e participativo, de planejamento e de desenvolvimento sustentável. No território de atuação de cada um deles, o governo estadual, empresários, prefeitos e universidades haverão de solidariamente organizar a retomada local do crescimento econômico, observadas tanto as vocações econômicas típicas como as potencialidades para a diversificação produtiva. Em cada um deles funcionará um Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CRDS). Lado a lado, o BDMG – provavelmente em parceria com a Sicoob -, a Setop, a Cemig, a Copasa e um revitalizado sistema operacional de apoio à agricultura. A subcultura do fiscalismo tributarista e a subcultura da fiscalização punitiva, ao invés de educativa e de negociação para o entendimento e o progresso, terão fim imediato. São forças retrógradas; fazem a economia andar para trás e geram conflitos entre o Estado e os empresários, ao invés de soluções inteligentes e pactuadas, observada a legislação em vigor.

Em cada região, proporemos aos empresários e aos prefeitos a formação de uma espécie de arca da confiança para o desenvolvimento econômico e social de Minas. Juntos, promoveremos a mudança da cultura política, um novo modo de governar. Como? O governador de Minas irá participar pessoalmente de uma reunião de trabalho, por semestre, no interior, em cada uma das 24 regiões de desenvolvimento. Ou seja, a cada semana, em cada semestre, sempre ele estará, durante um dia inteiro, em uma região do interior, reunindo-se com empresários, prefeitos, presidentes de câmaras municipais, dirigentes de universidades e lideranças dos movimentos sociais. Esses serão os membros associados no CRDS em cada região. As forças que deverão promover a mudança da cultura política e abrir passagem às práticas democráticas e republicanas resultarão da cooperação entre o Estado e o Município, entre o governo e os empresários e entre capital (empresas) e conhecimento (universidades, pesquisa e inovação). Sua realização deverá se dar na forma da descentralização do poder e das decisões, da participação municipalista forte e institucionalizada nas tomadas de decisões do governo estadual. Isso feito com total transparência e monitoração de processos, assegurado o livre acesso dos cidadãos a todas as informações pertinentes. Vamos, também, construir uma relação política respeitosa, cooperativa e republicana entre o governo e a Assembleia Legislativa (ALMG). Prestigiada, terá nos CRDS a forma democrática e republicana adequada para superar os déficits de representação típicos da democracia contemporânea, vez que as demandas sociais sobem pelo elevador, enquanto a capacidade de respostas do estado apenas sobe pela escada! Os CRDS também funcionarão como colaboradores da ALMG.

Desejamos uma intensa mobilização e engajamento dos empresários na causa do desenvolvimento sustentável. Minas necessita de mais sociedade civil em ação e de mais participação coletiva na tomada de decisões sobre assuntos públicos. É assim que iremos desoligarquizar o Estado e a prática da política. Impossível e inadequado a ALMG pretender o exercício do monopólio da representação, além da típica representação parlamentar.

O sistema de audiências públicas, interessante, é, contudo, limitado para dar conta da profusão de novas demandas. Além do mais, funciona excessivamente como filtro de preferências, com escassa representatividade da pluralidade dos interesses. Não tem eficácia para atender os mais desiguais e as regiões mais desiguais. Afora os problemas de apropriação político-partidária envolvidos na ação. É urgente e prioritário mudar a cultura política, democratizar o governo, republicanizar o Poder Judiciário, hoje prisioneiro do corporativismo e tomado pelo espírito de casta, e, é claro, republicanizar o Poder Legislativo, cuja única paixão tem sido o interesse próprio reeleitoral dos atuais parlamentares. Essa paixão dominante impulsiona os deputados à prática da oligarquização do poder. Prevalece a cooptação. As lealdades frequentemente são atropeladas pela paixão pelos interesses. Hoje e há muito tempo, em Minas, as instituições do Estado e o governo parecem unidas em uma sociedade estranha: uma classe governamental-estatal, uma classe moldada por privilégios, há muito tempo e atualmente incapaz de ouvir os clamores do povo-cidadão, dos empresários e dos trabalhadores.

### **Democracia e republicanismo versus oligarquias e privilégios**

Os grandes partidos encontram-se dominados por oligarquias parlamentares. Em Minas, as oligarquias parlamentares, no governo e até mesmo na oposição, formam com as principais corporações de Estado, como o Judiciário, o Ministério Público Estadual, a advocacia geral do Estado, a corporação do fisco, os servidores do legislativo estadual, dentre outras, alinhamentos e transações egoístas em defesa dos próprios privilégios. Formam uma curiosa federação de oligarquias institucionalizadas, que, de fato, exercem o controle oligopolista patrimonial dos recursos públicos através do seu indisputado e hoje ainda incontestável poder e apetites para, a cada ano, estabelecer o orçamento público que lhes convém. Os controles oligárquicos dos poderes do Estado e do governo são o resultado desejado por esses grupos ou estamentos burocráticos de interesse. Produzem crescente déficit de representação e de respostas democráticas aos assuntos de geral interesse público. Promovem verdadeira acumulação primitiva de capital privado na forma de apropriação de rendas pessoais elevadas: ao vencimento adicionam, com força de leis de encomenda, uma cascata de remunerações ou de vantagens, nada mais senão privilégios! Cada um desses grupos de interesse se empodera e apoia o empoderamento dos semelhantes e afins. Formam uma frente oligárquica civil e policial-militar. Formaram um poderoso elo ou “anel burocrático” de interesses com a alta oficialidade policial-militar. Associada, essa “classe governamental permanente” reduziu o Estado a uma ordem estamental. Na prática, exerce mais controle sobre o orçamento que o próprio governo. As corporações estão privatizando o Estado. Esses são, hoje, os senhores das Gerais, corresponsáveis, associados, pela estagnação econômica na qual Minas Gerais encontra-se mergulhada nos últimos anos. São os sócios e únicos beneficiados pela crise fiscal na qual Minas está mergulhada há pelo menos seis anos, desde Anastasia.

### **Ações portadoras de futuro**

A maior promessa de futuro de Minas Gerais está na garantia da educação básica de qualidade para todos, na mobilização e engajamento de todos pela educação de qualidade, no fortalecimento da carreira e na valorização do mérito do professor público, na afirmação e prestígio da escola pública, no seu funcionamento em tempo integral para a prática da “educação integral” - como quer a BNCC -, na organização de uma rede estadual público-privada de escolas tecnológicas de ensino superior de curta duração (dois anos) voltadas para o mercado de trabalho, rural e urbano,

endereçadas aos jovens das periferias pobres e do campo e com enfoque no empreendedorismo. Todavia, onde está o dinheiro para implantar, de fato, o plano de carreira dos docentes e para organizar, em parcerias, e manter, uma hoje inexistente rede de escolas tecnológicas para jovens desempregados? Os privilégios levaram o dinheiro para si. Pela via da garantia de educação de qualidade é, indiretamente, a melhor e mais elevada política pública de produção de segurança pública: produz bem-estar, faz florescer expectativas elevadas. Educação de qualidade para todos, formação tecnológica, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) autônoma e senhora do seu orçamento, fortalecida e centrada em seus propósitos institucionais de promoção do desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação, e mais o estímulo ao protagonismo das nossas universidades com a causa do desenvolvimento sustentável, haveremos de elevar Minas Gerais à posição de segunda economia no país, atrás apenas de São Paulo. O dinheiro destinado à Fapemig não deve e não pode ser utilizado para formar parcerias em investimento com a iniciativa privada. Não é essa a destinação institucional da Fapemig.

### **Como mudar esse estado de coisas?**

O desafio é tornar realidades em ação as forças emancipatórias que, em Minas, ainda se encontram em estado latente. Ao bom governo incumbe aliar-se e, no que couber, liderar as forças sociais e empreendedoras, de inovação e de promoção do desenvolvimento. A economia da educação é poderosa em Minas. Contudo, Minas ainda não encontrou o caminho para a educação, a ciência e a tecnologia promoverem inovação e o desenvolvimento da economia. Se a força de Minas também está na diversidade de talentos, a fraqueza de Minas também está nas contínuas perdas de talentos e de inteligência para outros estados e para o exterior. A fraqueza de Minas está na dispersão, no generalizado e dominante sentimento de abandono e até mesmo de não-pertencimento dos mineiros ao seu próprio estado natal, vez que, nos interiores, as pessoas, sobretudo os jovens, as cidades, as populações rurais e as regiões se sentem invisíveis para o governo. Ouvi isso do Jequitinhonha ao Pontal do Triângulo Mineiro. No sul, em cada município do Vale do Sapucaí, no leste, da região de Caratinga a Manhuaçu, também se ouve o que ouvi naquelas regiões. O mesmo sentimento de abandono senti na Zona da Mata, da pequena Vieiras, do café e dos peixes ornamentais, a Juiz de Fora. Nas andanças pelas Minas Gerais, o nosso candidato a governador sentiu o sentimento dos mineiros. Os mineiros observam que o atual governo não caiu, contudo, não governa. Antes, desgoverna, confunde, desorienta, gera incerteza e inquietação, produz crise, semeia estagnação. Herdou déficit público elevado do governo anterior. O que fez? Entregou-se à inércia, nada decidiu, nada fez, senão multiplicar o déficit herdado, e obsessivamente acusar o antecessor. Ao ponto de subtrair o que não lhe pertence: o dinheiro dos municípios, acumulando dívida resultante de um ilegal sequestro financeiro, que se agiganta e hoje alcança R\$ 8 bilhões. Perdem os municípios. Com eles, toda Minas perde. Temos propostas concretas para superar a crise fiscal e a estagnação econômica, como se verá, adiante.

Nossas tão diversas regiões encontram-se distribuídas em 36 bacias hidrográficas vinculadas a sete macrobacias territoriais: Paraíba do Sul, Doce, Mucuri, Jequitinhonha, São Francisco, Paranaíba e a do rio Grande. Povos indígenas têm chão e tradição em solo mineiro: os Xacriabás, em São João das Missões e Itacarambi, no norte; os Machacalis, em Bertópolis e Machacalis, no Baixo Jequitinhonha; os Krenak, em Resplendor, a leste, no vale do castigado rio Doce. Comunidades Quilombola também integram a paisagem humana mineira. Garimpeiros, que doravante descreveremos como



garimpeiros familiares, são invisíveis para o governo que não quer ver a vida como ela é; persistem em sua dura labuta no Alto Jequitinhonha, em Diamantina e entorno, e no Mucuri, assim como em busca da esmeralda no garimpo em Nova Era, que visitei. Impedidos de explorar o subsolo, assistem o seu empobrecimento. Observamos o empobrecimento econômico da região de Teófilo Otoni: a cidade tinha duas mil oficinas de lapidação de pedras; hoje, somente 60. Pior que o governo ausente, é o ausente que causa dano. No Jequitinhonha e no Mucuri o governo gerou os deserdados da terra e da cata. Nada podem. Contudo, existem. Postos na ilegalidade, são vistos e tratados como ilegais. São garimpeiros familiares. O Estado lhes impõe toda sorte de dificuldades. O Estado quer mantê-los invisíveis, sob a pecha da ilegalidade. Formam entre os excluídos e entre os mais desiguais em Minas.

### **As Minas gerais e a agricultura familiar**

Agricultores familiares povoam os interiores do território esplêndido da vasta Mantiqueira. Predominam no leste, de Caratinga a Manhuaçu e até a fronteira com o Espírito Santo, em toda a Zona da Mata e em partes da área cortada pela rodovia Juiz de Fora-Caxambu. No noroeste, assinalam a sua forte presença nos assentamentos, de Unaí a João Pinheiro. Encontram-se, também, em várias e extensas áreas e sub-regiões no vasto norte mineiro. De Janaúba a Espinosa, no semiárido, região de caatinga, na Serra Geral, pedaço da Cordilheira do Espinhaço, que o candidato a governador visitou e onde ministrou diversos cursos para professores, é impressionante e encorajador verificar a luta, determinação e exemplaridade do agricultor familiar. Ele persevera, vence a seca. O problema do agricultor familiar da caatinga, que de tudo produz, não é propriamente a seca: é a escassez insensata da presença solidária do Estado, dos governos. Até mesmo a barragem do Bico da Pedra, alimentada pelo rio Gorutuba - dá nome ao Projeto Gorutuba, de fruticultura irrigada - está ameaçada: menos pela seca; mais pela mineração de ouro, a montante, cuja barragem de rejeitos poderá contaminar o lençol freático e os córregos tributários com metais pesados; daí, por gravidade até alcançarem o lago da represa.

Agricultores familiares estão em quase todo o Jequitinhonha. O Pronaf, do Banco do Brasil, olha e não vê, como deveria, o agricultor familiar: míope, enxerga-o pelas lentes do puro e errado cálculo do risco de inadimplência, as lentes da ruínosa desconfiança. Superintendente regional e gerentes têm medo da inadimplência, que lhes reduziria as chances da promoção funcional. Avaro em concessão de crédito, o Banco do Brasil é pródigo em dizer não aos agricultores familiares quando solicitam valores acima de R\$ 20 mil. Nega o crédito, bloqueia o investimento e, assim, a inovação tecnológica no setor. Tecnologias são apropriadas à agricultura familiar; todavia, sem o crédito, não chegam até esse agricultor. É dessa forma insensata que governos bloqueiam, na ponta, o empreendedorismo e as oportunidades potencialmente abertas ao jovem agricultor familiar, substituto dos pais envelhecidos. Cerca de 50% de todo o crédito contratado junto ao Pronaf no Brasil, concentra-se nos estados do Sul, onde a agricultura familiar, organizada segundo a forte tradição das cooperativas, é fortemente prestigiada pelos governos da região. Os governos tucanos desconhecem a agricultura familiar; o governo do PT apenas procura dela se apropriar de modo semelhante a uma tutela geradora de dependência e de clientela política, ao invés de formular e de aplicar um programa de desenvolvimento econômico e tecnológico para o setor, com forte ênfase em formação tecnológica e em empreendedorismo rural. Não deveria o próprio BDMG fomentar uma forte e entusiástica carteira de crédito ao jovem agricultor familiar? No sul cafeeiro, a pequena agricultura familiar coabita com propriedades organizadas empresarialmente. Estima-se que os pequenos produtores sejam responsáveis pela produção de pelo menos 60% dos alimentos do dia-a-dia da mesa dos brasileiros.

Em Minas, duas centenas de assentamentos de reforma agrária permanecem invisíveis para o governo, inclusive o de Engenheiro Navarro, de 25 mil hectares irrigáveis, há anos sem irrigação e quase sem produção, embora disponha de uma barragem própria. Permanece quase inerte, sem investimentos. Ali, à espera de oportunidades que não se realizam, um novo distrito de irrigação, semelhante ao Projeto Jaíba ou um novo Projeto Gortuba (estabelecido em Janaúba, Nova Porteirinha e Porteirinha), poderia florescer. Agricultores familiares em Minas não têm acesso a infraestruturas. Falta-lhes a devida orientação técnica e tecnológica, o crédito, orientação para a elaboração de planos de negócios para a realização do empreendedorismo rural. Existem e não são vistos. Não há governo. O que há é o desmonte, pelo governo, do magistral sistema de suporte e de orientação técnica e tecnológica à agricultura e à pecuária mineiras, organizado e liderado pelo incomparável ex-ministro e mineiro Alisson Paolinelli. Por sua vez, a maior fonte de empregos, a micro e a pequena empresas, esparramadas pelos interiores, parece que não são bem-vindas aos olhos do BDMG: ele não chega até elas, como deveria, e elas não o alcançam. Em João Monlevade, por exemplo, elas respondem por 14 mil empregos.

Não são poucos os governos que em Minas ignoraram as diversidades regionais desse grande e admirável estado. Desconhecem o vigor, o valor, as realidades e as potencialidades dos municípios, desconhecem o que se faz nas cidades e nos campos nos interiores das Minas Gerais. Juscelino, governador e presidente, andava pelas Minas Gerais e pelo Brasil, sentia o sentimento das pessoas, tinha gosto, irradiava entusiasmo, esperança na ação e espírito empreendedor. Praticava humildade, grandeza de visão e de propósitos, e liderança. Não se cercava de mediocres. Não por acaso escolheu Israel Pinheiro para lhe garantir a construção de Brasília. Israel implantou, não sem excessos, a organização institucional do Estado de Minas Gerais para impulsionar o crescimento da economia. Queria diversificar a economia mineira. Desejava industrializar. No entanto, décadas mais tarde, nesse início de século os governos em Minas parecem apenas se satisfazerem com a economia de produção de commodities e com a expansão descomedida da tributação imposta à produção e ao consumo popular.

### **Minas: o esplendor do agronegócio, apesar da ausência do governo estadual**

De um lado, os governos apresentam como mérito seu o que o agronegócio faz por mérito próprio; de outro, tudo cedem, até a dignidade, às mineradoras, financiadoras de tantas campanhas eleitorais e fiadoras de tantos arranjos na linhagem da privatização das decisões de Estado e do governo. A propósito de privatização do Estado, na esfera federal políticos oligárquicos, por oportunismo, na Câmara dos deputados e no Senado apresentam-se e se perfilam como componentes de uma “bancada ruralista”, que nenhum benefício público é capaz de gerar. Apenas se dedicam a conceder ao agronegócio a insanidade obscena das isenções de multas e de juros praticados sobre empréstimos em atraso de pagamento. Em busca de benefícios eleitorais predatórios do interesse público, se fazem obsequiosamente servos do oportunismo. Transformam dinheiro público em benefício privado, privatizam o que é público.

Em Minas Gerais, nos últimos 20 anos pouca atenção os governos atribuíram ao esplendor do agronegócio, que, apesar dos pesares, insiste, persiste e se esparrama por todo o persistente e modernizado Triângulo Mineiro, espalhando-se, também a noroeste, de Paracatu a Unaí, até alcançar os confins da Chapada Gaúcha, João Pinheiro e Buritizeiro, na margem esquerda do São Francisco. Recentemente passou a ocupar no Campo das Vertentes a vastidão antes abandonada que de Madre de Deus de Minas alcança Cruzília, além de preencher com produção cada vazio onde o café não

havia penetrado em toda a extensão da área que vai de Lavras a Três Corações e, daí, rumo a Carrancas, expandindo as lavouras de milho e de soja, entremeadas pelo trigo e até pelo plantio de uva para vinho com a utilização da técnica das duas podas: vem de lá – e de Três Pontas - a uva de um excelente vinho produzido em Caldas. Piranguçu, polo bananeiro - como Delfinópolis, Jaíba e Janaúba - também se inicia como produtora de vinho. Por sua vez, Maria da Fé começa a produzir azeitona em larga escala. Delfim Moreira e Piranguçu querem seguir-lhe os passos. Havendo um bom governo, solidário, iniciaremos a comercialização de um dos melhores azeites produzidos no mundo e com produção em escala para ocupar o mercado nacional e disputar espaço no mercado mundial.

Ah, Minas Gerais! Desde 1999, Minas Gerais caminha sem rumo. Com a moratória de janeiro de 1999, Minas quebrou. O governo federal lhe garantiu suporte. De 2003 a 2006, abriu-se uma janela de oportunidade em Minas para a prática da responsabilidade fiscal. No quadriênio seguinte, começou a reversão rumo à irresponsabilidade fiscal, largamente praticada durante o governo de Antonio Anastasia. Perdemos para Pernambuco a segunda e mais moderna fábrica de automóveis da Fiat-Chrysler. As velhas e as novas oligarquias políticas, em competição, sucessão e simbiose no atraso, vestiram-se com o manto de chumbo da ausência de liderança verdadeiramente empreendedora, reformista, com visão de futuro. Legaram escassez de grandeza ética e política, e nenhuma causa. Concederam todo poder aos corporativismos praticados pelas elites estatais. No vazio de lideranças e de exemplo, os governadores eleitos, em sucessão, projetaram o Estado e a sociedade em uma situação de crises em modo contínuo: crise fiscal, crise econômica e estagnação, crise moral, desvario e mediocridade política e governativa, crise na educação básica, crise na saúde, crise na segurança pública, precarização da infraestrutura, abandono de obras fundamentais, como as obras inacabadas dos hospitais regionais em Teófilo Otoni e em Sete Lagoas, afora os projetos de implantação em outras cinco regiões.

### **O desencanto dos mineiros com a política e com as elites políticas oligárquicas**

Do Baixo Jequitinhonha e do Vale do Mucuri ao Médio Rio Doce, ou do noroeste ao Pontal do Triângulo Mineiro, prefeitos, vereadores, educadores, agricultores familiares, empresários, cidadãos em geral há muito desconhecem a presença solidária dos governantes do Estado e da ação empreendedora de governo. O ceticismo é tão grande que apenas desejam que o Estado e os governos não lhes produzam dano, pois não confiam neles. Esse sentimento de desterro, abandono e de expectativas sem respostas o nosso candidato a governador observou em todos os municípios do Vale do Sapucaí, por onde fez peregrinação, de Wenceslau Brás, Delfim Moreira, Marmelópolis, Piranguinho e Piranguçu, a Brasópolis, Paraisópolis, Consolação, Conceição dos Ouros e Cachoeira de Minas, por onde andou, assim como em Conceição das Pedras, Carmo de Minas, Pedralva, São José do Alegre, Cristina e Maria da Fé. Na outra vertente da Mantiqueira, o mesmo sentimento de desencanto sentiu em Passa Quatro, Pouso Alto, Itanhandu e Itamonte. O atual governo mantém fechada, há um ano, uma das glórias de Minas, o pavilhão das águas termais de Caxambu, localizado dentro do Parque das Águas, abandonado pela pessimamente administrada Codemig. O mesmo desencanto político observou em Itajubá, ou, na região central e metalúrgica, entre a população de municípios da Bacia do Piracicaba, da pequena Bom Jesus do Amparo a Caeté, em Barão de Cocais, Santa Bárbara e Catas Altas, em João Monlevade, Marliéria e Timóteo, ou na sub-bacia do Caratinga, em Inhapim e em Caratinga, esses últimos situados na grande bacia do ofendido Rio Doce. No Médio Rio Doce, em Resplendor e Aimorés, sentiu intensamente o sentimento de abandono pelo governo, que inquieta os

espíritos. Sentiu o sentimento dos mineiros: desencantados, contudo, permanecem de pé; humilhados e ofendidos e até envergonhados com o descalabro dos políticos-réus, todavia, persistem, de pé, com esperança na ação. Decididos a promover a mudança, sabem o que não querem: a continuidade das oligarquias políticas no poder e no governo. Porém, ainda não discerniram o que querem, vez que a escolha somente virá da confiança. Portanto os candidatos devem aos mineiros o testemunho, a exposição em muitos debates públicos para que todos saibam quem são, o que fizeram e fazem, o que pensam e propõem, condição mínima para merecer a confiança dos mineiros. Qual o melhor caminho para merecer a confiança dos mineiros? Os debates públicos, em cada região, promovidos pelas universidades, pela AMM, pelos empresários: debates públicos e regionalizados entre os candidatos, além dos debates pela TV. Isso resultaria na democratização da própria democracia: transparência, exposição, prestação de contas aos cidadãos.

A mais completa sensação de abandono foi percebida em Almenara, Jequitinhonha e Itaobim, esparramada também por Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Itamarandiba, Grão Mogol, Cristália, Francisco São, Riacho dos Machados; também dominante de Montes Claros a São Francisco e Januária, de Janaúba a Espinosa, por onde também andou o candidato a governador. Esparrama-se lá no Alto Paranaíba, de Patos de Minas, passando por Tiros, Carmo do Paranaíba e Iraí de Minas, e, em direção noroeste, até alcançar Lagamar, Vazante e Paracatu. De Unaí a João Pinheiro e Três Marias é geral o desencanto com o desgoverno: o sentimento de abandono. Onde está o governo de Minas? Em nenhum lugar onde o povo está. Completamente ausente também de Camanducaia e de Monte Sião, ou de Carmo da Cachoeira e de Três Pontas, Lavras e Três Corações. No Leste e na Mata, sua ausência é absoluta. Não há presença alguma do governo do Estado na pequena Vieiras da agricultura familiar, produtora de café e de peixes ornamentais, ou nas maiores cidades da Mata, como Muriaé, Leopoldina, Cataguases, Ubá e Viçosa. Falta água e falta Copasa em Ubá e Viçosa; também em Januária e em Paracatu, onde o rio Santa Isabel, que abastecia a cidade e pivôs-centrais, agora morre de sede. Na Mata, o desgoverno impôs a Juiz de Fora uma situação de exilada de qualquer atenção e ação.

Obras abandonadas esparramam-se, abundantes, por todo o Estado. Dois tristes espetáculos de abandono e irresponsabilidade: em situação de completo abandono encontram-se as obras dos hospitais regionais de Sete Lagoas e de Teófilo Otoni, iniciadas por Anastasia e abandonadas por Anastasia, e, em mórbida continuidade, por Pimentel. O TCE informa que há, em Minas, nesse momento, 1250 obras públicas abandonadas. Já o governo federal mantém na BR-381, de Caeté a Nova Era, o prosseguimento das obras de duplicação da “rodovia da morte” em ritmo insatisfatório. As bancadas federais mineiras de 55 deputados e três senadores não se impõem, não influenciam, não lideram. Há décadas não se constrói um quilômetro de metrô na RMBH, enquanto o metrô de superfície do Vale do Aço permanece prisioneiro do puro desejo, sem nenhuma paixão verdadeira que lhe dê vida. O excelente Plano de Desenvolvimento da RMBH permanece na Assembleia Legislativa à espera de decisão, que não vem. Cansadas de tanto descaso, Uberaba e Uberlândia apenas desejam que o governo de Minas não atrapalhe o projeto idealizado por Uberaba, de implantação do aeroporto e terminal multimodal de cargas e a instalação do parque tecnológico e de indústrias de exportação, associadas à expansão e desenvolvimento do formidável agronegócio. Descentralizando a implantação dos futuros e desejados 700 empreendimentos de alta tecnologia que, espera-se, deverão se estabelecer no entorno do terminal multimodal aéreo-ferroviário-rodoviário, penso que melhor seria evitar-se a formação de um grande aglomerado metropolitano ligando de vez Uberaba e Uberlândia, por meio da desconcentração territorial dos investimentos e do parque tecnológico em benefício das cidades do

Pontal. Enquanto o Triângulo vai à luta e busca a iniciativa privada, aqui e no exterior, lá no sul Itajubá aguarda, há uma década pelo menos, o anel viário de contorno da cidade, uma obrigação do governo federal, e a conclusão do aeroporto, compromisso estadual descumprido, fatores decisivos para a atração de novos investimentos.

A anarquia tributária estabelecida pelos governos oligárquicos na forma de uma disparatada, vasta e diferenciada quantidade de alíquotas de ICM, acrescida da sangria das isenções fiscais concedidas a empresários cartoriais, aliados das oligarquias, impuseram a Minas Gerais, além de um jogo do tipo “perde-perde”, um clima de insegurança jurídica e o sentimento de desconfiança que bloqueia a decisão de investir. Aécio fez um bom primeiro governo e cuidou da ligação rodoviária entre as cidades dos interiores de Minas, projeto e contrato de financiamento firmado e iniciado por Eduardo Azeredo. O financiamento do BID havia sido interrompido pela moratória decretada pelo governador Itamar Franco em janeiro de 1999. Entretanto, no segundo governo, o da reeleição, Aécio, que, como Covas em São Paulo, havia recuperado as finanças públicas estaduais, escolheu erguer a Cidade Administrativa ao custo de R\$ 1,3 bilhão. Poderia tê-la implantado na parte algo degradada da área central de Belo Horizonte, no trecho que vai da Praça da Estação à rodoviária, revitalizando-a com um belo e funcional projeto urbanístico de usos múltiplos – administrativo, empresarial, cultural e de serviços -, e a um custo três vezes inferior, além de um baixo custo de manutenção. Poderia ter aproveitado os antigos prédios da Escola de Engenharia da UFMG. Ainda sobraria dinheiro para a implantação das três rodovias vetoriais: no norte-nordeste, no oeste e ao sul da Capital. Ele, secundado por Anastasia, preferiram edificar a sua pequena Brasília e homenagear a sua vaidade e o seu egoísmo. Recordemos: foi em Minas Gerais que ele perdeu a eleição para presidente da República. Por que? Nenhum projeto de desenvolvimento; somente ganância de dinheiro público, arrogância, onipotência e egoísmo: ele e Anastasia utilizaram o governo de Minas a serviço da eleição presidencial de Aécio! Perderam porque fizeram maus governos. Foi nessa ocasião, com o Estado e o governo utilizados como palanque eleitoral, que Anastasia deu início a uma caudalosa concessão de benefícios salariais acima da inflação, nas formas de majoração de vencimentos e de gratificações, às corporações estatais.

### **Minas: de JK a Tancredo e, na contramão da história, de Aécio a Pimentel**

Juscelino Kubtschek, prefeito de Belo Horizonte, depois governador de Minas e, como Afonso Pena, presidente da República, foi sucedido por Milton Campos, Bias Fortes, Magalhães Pinto e Israel Pinheiro, governadores eleitos. Durante o período da ditadura civil-militar, em sucessão foram nomeados governadores de Minas Gerais Rondon Pacheco, de Uberlândia, Aureliano Chaves de Mendonça, de Itajubá, e, oriundo do Piauí, o mineiro Francelino Pereira. Tancredo Neves, eleito em 1982, encerrou pelo voto na urna a longa noite do arbítrio da nomeação de governadores pela ditadura. Como quer que seja, o fato que fica é que nenhum desses governadores mineiros jamais praticou ou beneficiou-se de um ato de corrupção. A lavagem de dinheiro era, então, algo completamente desconhecido. Exceto Magalhães Pinto, banqueiro e rico, todos viveram vidas de pessoas de classe média alta, nada mais do que isso. Todos, à sua maneira, demonstraram espírito público. No exílio e perseguido, JK precisou do amparo financeiro de amigos mineiros para se manter em Lisboa.

Ah, Tancredo, as moiras teceram cedo os fios da sua hora de mortal. Privaram o país da sua presença; contudo, concederam-lhe a graça de não viver para experimentar no espírito a dor moral de testemunhar, irrompendo na ruína e na decadência, aquele que mais que qualquer outro deveria

honrar o seu apreciável legado e o seu elevado testemunho de civismo liberal-democrático. Ah, maldita escassez de virtude e maldita abundância de vício, pois aquele outro, também governador e vindo da esquerda, que deveria testemunhar esperança na ação e a prática da promessa da ética na política, projetou-se na ruína, acusado de corrupção e incapaz de apresentar defesa razoável e crível. Conduziu Minas à beira do abismo da falência financeira, da desconfiança no governante, do desencantamento com a política. Inimigos em política, permanecerão para sempre amarrados na ruína comum. Destino? Acaso? Escolhas! É certo que o homem não escolhe as circunstâncias do seu nascimento. Nesse sentido, ele é: ele e suas circunstâncias; contudo, é também ele e as opções, ainda que escassas, de que dispõe para fazer escolhas: o homem é sua coragem moral, suas convicções, suas escolhas e sua responsabilidade individual e social, bem mais que suas circunstâncias. Aécio e Pimentel: o que fizestes de vós?

Minas Gerais exige de nós, candidatos, coragem moral, exemplaridade e uma capacidade geral de orientação para liderar, discernir e esclarecer, dizer a verdade aos mineiros sobre a situação crítica e o que precisa e deve ser feito, deixar claro que o primeiro ano de governo e também o segundo serão de suor e lágrimas. As oligarquias faliram o Estado de Minas Gerais: não garantem, hoje, nem os recursos para pagar as contas do mês a mês, a começar da folha dos servidores. Incumbe fazer certo e bem o que precisa e deve ser feito, no tempo certo, e fazer pensando também nos direitos das gerações futuras. Liderança acima de tudo, e estratégia, pois as oligarquias moverão os poderes do inferno para impedir a mudança.

“O primeiro nome de Minas é liberdade”, foi o que, de forma clássica, Tancredo Neves estabeleceu. Ele nos entregou o seu testemunho: lutou pela liberdade, nunca transigiu com a ditadura militar, embora desejasse uma transição longa e conservadora da ditadura à democracia. Escolheu o então deputado estadual, hoje nosso candidato a governador de Minas Gerais pela Rede, para liderar a campanha das “Diretas, Já”, que apoiou, embora sem desejar o propósito. Hoje, em Minas a liberdade exige de nós o republicanismo: igualdade de todos diante da lei, igualdade de oportunidades, nenhum privilégio de castas, nenhum privilégio concedido às poderosas corporações estabelecidas no Estado, nenhum cartorialismo de privilégios concedidos a empresários não-competitivos e que desconhecem o espírito inovador próprio ao capitalismo moderno. Hoje, em Minas e no Brasil o líder eleito precisa se legitimar no dia-a-dia, precisa se expor, revelar, formular ideias e propostas, debater e argumentar, ouvir serenamente o contraditório e a crítica e até a vaia; porém, com coragem moral para demarcar presença, propósito, solidariedade, esperança na ação, exemplaridade, humildade e grandeza, generosidade e estratégia. Contudo, sem dispensar certa dose de malignidade, vez que, à espreita e em ação, estarão as legiões infernais das oligarquias prontas a fazer do “impeachment” moeda de troca e de chantagem. Acostumaram-se a conviver com governantes dispostos a vender a alma ao diabo. Vão aprender a conviver com quem está determinado a pôr o diabo p’rá correr.

\*

## **Programa de Governo:**

### **Índice: Assuntos e Propostas**

- I. Situação fiscal e propostas para a resolução do problema estrutural das finanças públicas do estado de Minas Gerais

- II. Crise econômica, estagnação e de uma economia de produção de commodities a um novo ciclo de industrialização e de desenvolvimento sustentável em Minas Gerais
- III. Agronegócio e agricultura familiar
- IV. Meio-ambiente e sustentabilidade geral
- V. Educação Básica
- VI. Educação e Cultura: parceria para uma revolução na organização e oferta de bens culturais para todos
- VII. Ciência, Tecnologia e Inovação
- VIII. Saúde e o SUS em ação: parcerias para o sucesso
- IX. Segurança pública como segurança social e interação entre diferentes políticas públicas
- X. Cidades, desenvolvimento urbano e as regiões metropolitanas (de Belo Horizonte e do Vale do Aço)
- XI. Reforma Administrativa e Reforma do Estado
- XII. Governança e republicanismo cívico: governo descentralizado, participativo e interiorizado. Regionalização do governo e a formação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável. Organização de um Conselho de Estado de Controle da Sustentabilidade Fiscal.

Os capítulos concernentes aos doze assuntos acima listados, já elaborados em primeira versão, são, no presente momento, objeto de debates na rede Sustentabilidade. Na sequência, após apresentação aos cidadãos através de fóruns e de um grande seminário, em Belo Horizonte, no final de agosto, as propostas serão finalizadas e anexadas a este Programa de Governo para Minas Gerais.